

## JARBAS PASSARINHO

# Os salvadores

Quando fui chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, cujo quartel-general era em Belém, aí pelos idos de 1962, cabia-me com certa frequência fazer exposições, ora para a Escola de Estado-Maior, ora para a Escola Superior de Guerra, em visita à Amazônia.



**Países ricos não reduzem sua taxa de poluição, mas querem a Amazônia intocada...**

Com uma ponta de amarga ironia, eu começava dizendo: "O Brasil, o país amigo mais próximo", e prosseguia. Causava certa surpresa, que se desvanecia quando mostrava o quase abandono da Amazônia no planejamento nacional.

Éramos responsáveis por 11 mil quilômetros de fronteira terrestre. Os rios, longe de obstáculos a separar as nações, aproximavam-nas, correndo na Bacia Amazônica de leste para oeste. Nossa soberania era garantida simbolicamente. Poucas unidades possuíamos. Na linha de fronteira, no máximo, uma companhia de fuzileiros. Na maioria, um pequeno pelotão que não excedia 34 soldados. Nossa ironia provocadora visava a realçar a necessidade de maior atenção para com a região, tantas eram as advertências quanto à decantada cobiça internacional.

No chamado regime militar, o general Rodrigo Otávio, uma legenda da Engenharia e do Exército, assumiu o Comando Militar da Amazônia. Seu prestígio foi responsável pela completa mudança do que deno-

minamos Ordem de Batalha. Levou para a Amazônia os batalhões de construção, rasgando estradas e pavimentando-as. Elevou os efetivos de combate. Hoje, creio serem alguns milhares de homens da Força Terrestre espalhados pela floresta, numa clara definição de que estamos prontos pa-

ra repetir o bravo tuxaua Sepé, das Missões gaúchas: "Esta terra tem dono."

No governo Médici, tive a alegria de participar da decisão de construção da Rodovia Transamazônica. Medida da maior significação estratégica, proporcionando a transferência do "homem sem a terra para a terra sem o homem", que era a planície amazônica, com menos de 2 habitantes por km<sup>2</sup>, o que a demografia caracterizava como deserto. Em lugar da migração nordestina tangida pelo flagelo da seca, ela passaria então a ser feita – e se fez – pela rodovia, até os lotes planejados para ocupação. Como tudo o que se fez no período de 1964 a 1985 é, hoje, mal-sinado, a rodovia, que causou espanto no mundo, passou a ser tida como "obra faraônica" do autoritarismo. Fundadores de cidades, produzindo arroz, café, cacau e cana-de-açúcar, 1 milhão de brasileiros vivem ao longo da Transamazônica, que foi abandonada nestes últimos 12 a 15 anos, retomada pela selva.

Assim como eu me queixava, há 40 anos, da marginali-

zação da Amazônia, rejubilo-me ao constatar a atual "crise da abundância", tantos são os que se arrogam a missão de salvar a Amazônia, os que a enxergam ameaçada de transformar-se num protetorado da ONU, vale dizer, dos Estados Unidos, que "se apoderariam das terras indígenas depois de desmembradas do território nacional", ou teriam justificado o direito internacional de ingerência em face do desmatamento irresponsável da floresta, causador do "efeito estufa".

Convivo, atualmente, com o contrário do que vivi em 1962. Os "salvadores" da Amazônia pulam como cogumelos. Há parlamentares norte-americanos que, ignorantes totalmente da botânica, querem a floresta intocada para ser o "pulmão do mundo". Chegaram a vir tentar pressionar o presidente José Sarney, que polida, mas firmemente, os repeliu. Há ONGs por toda parte, estrangeiras principalmente, a defender, não o manejo auto-sustentado da floresta, mas a sua intocabilidade. A Amazônia só caberia uma atividade: o turismo ecológico. Gritam, alarmadíssimos, que já destruímos 14% da floresta. A CPI do Senado criada para apurar a devastação da floresta amazônica, até outubro de 1989, concluiu, baseada em monitoramento por satélite e depoimentos de cientistas, que o desmatamento alcançara 7,01% da Amazônia Legal, desde a fundação de Belém, em 1616. Os 14% citados teriam duplicado, em dez anos, a alteração do revestimento vegetal. Não há fonte merecedora de crédito que ampare esse número, mas é o bastante para o delírio acusatório internacio-

nal.

Ora, se a preocupação é com o efeito estufa, com o aumento da temperatura da atmosfera em consequência do desmatamento, o alarme ou é um primor de hipocrisia ou atestado de brutal ignorância, pois em 1989, enquanto o Brasil emitia 336 milhões de toneladas/ano de CO<sub>2</sub> para a atmosfera, os países industrializados emitiam 5 bilhões de toneladas, e destruíam parte da camada de ozônio pelo uso dos cloro-fluor-carbonos.

O quadro não mudou. O Primeiro Mundo não reduz sua taxa altíssima de poluição. Recusa-se a implementar medidas recomendadas na Convenção sobre Mudança do Clima, para não prejudicar seus parques industriais, mas quer a Amazônia intocada, como um aquário pictórico, para deleite de turistas anglo-saxônicos encantados com a selva.

É imperativo impedir a destruição da floresta, tolher a atividade predatória das madeireiras, obstar que caciques subornados lhes vendam mogno abatido das matas das reservas indígenas e que companhias, que já devastaram a floresta do Sudeste da Ásia, venham operar do mesmo modo no Brasil. Esse é nosso dever em proveito do País, do nosso patrimônio, e não porque o exijam os ambientalistas estrangeiros. Condenar, porém, o povo amazônico a permanecer subdesenvolvido, negando-lhe a exploração racional dos recursos naturais em desenvolvimento auto-sustentado, escravos da suspeita pressão alienígena, é intolerável.

■ Jarbas Passarinho, presidente da Fundação Milton Campos, foi senador (PPB-PA) e ministro de Estado